

A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM BISSAU: 1994-2023¹

Magalhães Romão Fernandes²

RESUMO

O presente artigo visa promover uma reflexão acerca das dificuldades da participação da juventude na política partidária em Bissau, para a consolidação do sistema democrático guineense, como também, refletir a presença e a capacitação da juventude nas instituições partidárias após a democratização. A formação política na Guiné-Bissau a partir dos dados coletados nessa produção carece da presença da juventude. A ausência da juventude nos espaços de decisão tanto na política e como nos outros espaços de decisão na sociedade é fundamentada pelas narrativas “lugar de garande” justificando que o lugar do jovem não é no espaço da decisão normalizando o discurso que o jovem deve ser marionete dentro do partido servindo o partido mesmo tendo capacidade técnica e condições para contribuir de melhor forma em relação aos políticos que estão mais de 20 anos nos cargos de partido e nos governos sem trazer melhoria para o país. Neste estudo optamos pela pesquisa bibliográfica devido ao seu caráter mais descritivo e interpretativo, sendo considerado adequado para este estudo.

Palavras-chave: filiação partidária - Guine-Bissau; Guiné-Bissau - política e governo - 1994-2023; jovens - atividades políticas.

ABSTRACT

This article aims to promote a reflection on the difficulties of youth participation in party politics in Bissau, for the consolidation of the Guinean democratic system, as well as to reflect on the presence and training of youth in party institutions after democratization. Political formation in Guinea-Bissau, based on the data collected in this production, lacks the presence of youth. The absence of youth in decision-making spaces, both in politics and in other decision-making spaces in society, is based on the narratives “place of garande”, justifying that the place of youth is not in the decision-making space, normalizing the discourse that youth should be puppets within the party, serving the party even though they have the technical capacity and conditions to contribute better in relation to politicians who have been in party and government positions for more than 20 years without bringing improvements to the country. In this study, we chose bibliographic research due to its more descriptive and interpretative nature, being considered appropriate for this study.

Keywords: Guinea-Bissau - politics and government - 1994-2023; party affiliation - Guinea-Bissau; youth - political activities.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos.

² Graduando em Ciências Sociais e Bacharel em Humanidades pela UNILAB. Formado no curso de Língua Portuguesa pela Missão Católica de São Pedro Paróquia Nossa Senhora de Ajuda, Guiné-Bissau.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é examinar as dificuldades que os jovens de capital Bissau enfrentam ao ingressarem em partidos políticos, assim como avaliar se têm uma presença numérica significativa na disputa por cargos, dentro do partido, para concorrer às eleições. Além disso, buscamos entender como essa parcela da população é representada no governo após o processo eleitoral.

Nesse escrito, pretendemos mapear como tem sido o papel da juventude nos partidos e as barreiras enfrentadas nas instituições políticas e as suas responsabilidades ao aderirem uma organização política partidária, uma vez que, a sociedade guineense é composta majoritariamente por jovens. O recorte desta temática, refere-se ao período de 1994 a 2023, consiste em destacar que, no início da década de 1990, especificamente há 29 anos, a classe política guineense, pressionada por organizações internacionais que financiavam e continuam a financiar projetos sociais, pressionou o país a aderir a um dos princípios fundamentais da democracia, o multipartidarismo.

Em 1994, foi organizada a primeira eleição que permitiu participação de outros partidos políticos a concorrer às eleições presidenciais do país. Em 2023, foram organizadas as últimas eleições legislativas, e o primeiro partido (Partido Luz) dirigido por jovens participou nesta eleição, queremos compreender, através deste texto, como tem sido a participação dos jovens neste intervalo de tempo até às últimas eleições.

Os resultados das últimas eleições legislativas, na Guiné-Bissau, realizada em 4 de junho 2023, reverberam que o jovem independente do projeto político, competência não pode ocupar cargo de destaque tanto no partido como no governo e muito menos dirigir o Estado.

Na Guiné-Bissau o povo elege os representantes não pelo programa da governação, mas pela relação familiar ou outra forma de relação social. Os jovens guineenses no cenário político, se não alinhar com as pautas dos *garandis di partido* (mais velhos do partido) principalmente do presidente do partido, não tem chance de se destacar. Além da falta de preparação e da pouca experiência para provocar debates dentro do partido sobre os projetos do desenvolvimento, os velhos dos partidos, não aguentam debates no parlamento, não têm energia e querem a todo custo ocupar altos cargos no partido sem se destacar tanto como coletivo e individual.

A motivação para a escolha dessa temática está relacionada à participação do partido Luz, um partido com maior representação dos jovens nas últimas eleições de 2023, com um programa eleitoral muito rico. Como jovem, preocupado com o cumprimento das regras

democráticas, desenvolvimento, participação e representatividade. A eleição é um dos momentos cruciais para virar as páginas num país como a Guiné-Bissau, para o povo mostrar aos políticos que precisa de desenvolvimento como outros países das regiões, para isso é preciso escolha consciente entre os partidos que concorrem às eleições através das propostas apresentado ao povo no programa e nos debates.

Diversos fatores dificultam a representatividade da juventude nos espaços de participação política, principais fatores são: resultados de diferentes momentos do país e o seu processo de amadurecimento democrático, desconfiança nas instituições, crise social mais profunda como golpes de estado, efeitos perigosos para a democracia (Okado, 2013).

A participação da juventude na política guineense é um debate que desde muito tempo gerou preocupação da sociedade bissau-guineense. A maior parte da participação dos jovens consiste nas críticas que os rappers trazem nas suas músicas (rap), contestando a realidade social e a falta de presença e assistência do Estado através das políticas públicas para os jovens e sociedade.

É notório que intensificou a prática da violência e sequestro no último governo da Guiné-Bissau, há vários anos os cidadãos guineenses sofrem com instabilidade governamental, perseguição política, ameaças, até assassinatos. Em vários momentos do país essas situações são uma das estratégias que os políticos recorrem, mobilizar a força de defesa do Estado para resolver os interesses particulares e os problemas que afetam a sociedade são silenciadas, há alguns políticos que aproveitam do cargo para oprimir e roubar o povo.

A violência institucional do Estado através dos assaltos as instituições como Rádio, Tribunal de Supremo da Justiça, nomeações inconstitucionais desrespeitando a constituição, isso mostra o descompromisso e a falta de projetos consistentes dos líderes políticos para solucionar a precariedade que assola o país, levam a esses a recorrerem à violência para intimidar a população. Esse mecanismo que o Estado recorre (violência) é um dos entraves que permite algumas pessoas que de certa forma não tem desempenhado satisfatoriamente o interesse da população, mas da/s pessoa/s que lhe colocou no governo.

A individualização de interesse dos líderes políticos principalmente a falta de comprometimento, engajamento em causas sociais das pessoas que participam em vários governos e na organização política guineense acaba envolvendo militares e a sociedade civil a desacreditarem na competência para cumprir com promessas feitas nas campanhas eleitorais, isso faz dos políticos que não fazem parte do governo a mobilizar alguns líderes Militares a fazer golpe do Estado e a Guiné-Bissau é um dos países da África Ocidental com mais golpe de Estado, a explicação que chega meios de comunicação se justifica pela prática da

corrupção, interesses particulares dos grupinhos em cima do interesse nacional e do povo.

Em relação à metodologia optamos pela pesquisa documental com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico realizada por intermédio de uma revisão da literatura a fim de acessar pesquisas que enfatizam e antecedem o objeto dessa produção. A análise documental busca identificar as informações factuais nos documentos a partir das questões levantadas. (Helder, 2006, p. 1-2 *apud* Sá-Silva et al., 2009, p.3).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO

A República da Guiné-Bissau, pequeno (terra) Estado do continente africano que contrariamente à sua extensão territorial foi dos lugares que mais resistiu o poder colonial português, situado na África Ocidental faz a fronteira no Sul com a República de Guiné-Conakri e no Norte com o Senegal (Sangreman; Zeverino; De Barros, 2006).

Essa resistência da luta pela independência sob jugo colonial através da violência e guerra, reflete na consciência da classe política guineense após a independência de resolver os problemas por esses viés, em outras palavras, a dificuldade do diálogo para resolver os problemas no seio da política guineense é rasto da política colonizadora enraizada nas mentes dos nossos políticos “*cultura de matchundade*” essa forma de pensar a resolução dos conflitos embutidos nas nossas mentes através dos rastos coloniais principalmente nos nossos líderes do continente parece que é a melhor e a única forma de solucionar os nossos problemas.

O Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), movimento de luta de libertação liderado pelo agrónomo Amílcar Cabral, defende três objetivos da luta: independência, desenvolvimento e unidade nacional dos que viviam no território do domínio português. O Amílcar Cabral ressaltava que o maior desafio é desenvolver o país e não vai ser todos que lutaram na guerra da libertação que vão voltar para dirigir o país, cada um vai estar e ocupar a função que merece para o benefício de toda sociedade rumo ao desenvolvimento (Sangreman, Zeverino; De Barros, 2006).

Existem alguns analistas que acreditam que o discurso do Amílcar Cabral serviu como ameaça para os antigos combatentes guineenses que enfrentaram os portugueses na mata da Guiné durante 11 anos de luta. Esses combatentes se sentiram ameaçados por não terem nível avançado de estudo em comparação com alguns cabo-verdianos, isso coloca o risco aos militares guineenses de perder protagonismo após a luta.

A Guiné-Bissau é um país marcado por diversos conflitos sociais, principalmente a

guerra civil e golpes de Estado e assassinato de alguns quadros que foram estudar nos estrangeiros. Esses problemas não foram só motivados pelo interesse econômicos dos cidadãos guineenses, mas o medo de perder destaque na sociedade.

É importante destacar a interferências externa e compreender que depois da independência a Guiné-Bissau não teve quadros suficientes capacitados que possam assumir a função pública e proporcionar o bem-estar aos seus cidadãos. A falta dos quadros e as barreiras postas pelos combatentes da liberdade da pátria de proibir o retorno e assassinato das pessoas que foram estudar no estrangeiro contribuiu muito para que a Guiné-Bissau esteja hoje no lugar onde se encontra.

Após a proclamação da Independência em 1973 o país passou por sérias crises políticas, principalmente golpes de Estado como tinha mencionado, o que motivou ainda mais no desgoverno deste país (Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e Grupo Banco Mundial, 2020).O custo económico da instabilidade política do país entre 1998-2018 foi estimado pelo Banco Mundial em cerca de 1,1 mil milhões de dólares, quase o mesmo que o produto interno bruto (PIB) do país em 2018: 1,2 mil milhões de dólares (Banco Mundial, 2020, p. 2).

A nossa constatação é de que, os golpes na Guiné-Bissau, tem a ver com a profunda desigualdade social, a falta de regras burocráticas e de progressão funcional, um magro salário no qual o grupo no poder domina todo aparato económico e financeiro, deixando o grosso da sociedade a definhar. Tais práticas mantêm a maioria da população na marginalidade sem nenhuma possibilidade de acesso à justiça, pois essa última trincheira numa democracia também costuma estar tutelada pelo poder executivo. Gerando-se um ciclo vicioso e uma descrença na ação política e cívica como forma de reverter a realidade, mitigando boa governação, as manifestações cívicas costumam ser violentamente reprimidas como forma de o estado apresentar-se absoluto. (Bijagó, 2011, p.240)

Essa realidade não é só constatada na Guiné-Bissau. Muitos dos países africanos se desgastam em “pequenas” brigas internas visando interesses pessoais ou de pequenos grupinhos, a grande parte dessas brigas é sustentada pelos interesses dos países vizinhos ou do Norte global.

Como destacado anteriormente, depois da independência em 1973 a Guiné Bissau passou por várias instabilidades políticas e sociais levou as forças armadas do país a intervir frequentemente no cenário político. Golpe que destitui Luís Cabral em 1980 denominado “movimento reajustador” derrubou o primeiro presidente eleito pois a luta da libertação na Guiné-Bissau e depois disso, houve sucessivas tentativas de golpes de Estado no caso de golpe de 1985 quando o então primeiro vice-presidente Paulo Correia e o ex-procurador da

República Viriato Pã foram acusados de derrubar o governo pela violência.

A terceira golpe aconteceu em maio de 1987 quando houve rumores de uma tentativa de golpe de estado que levaram à suspensão de um grande amigo de Vieira, “colega de armas” contra os colonos portugueses, vice-presidente e ministro das forças armadas, Iafai Camará, o qual, após uma semana de prisão domiciliar, foi autorizado a reassumir as funções. Houve também, tentativa de golpe de estado conhecida como 17 de março 1993 que culminou na morte do major Robaldo de Pina um dos homens de confiança de Nino Vieira, vários homens da oposição foram presos e acusados de tentativa de golpe de Estado.

Em 7 de junho de 1998, um levante militar duraria mais de onze meses, culminando com a destituição do presidente João Bernardo Vieira pelo general das forças armadas Ansumane Mané, líder da “Junta Militar”, o qual seria assassinado em 2000, cuja a morte não teve até hoje seu motivo esclarecido. Em 6 de outubro de 2004 é assassinado o chefe de estado maior e general das forças armadas Veríssimo Correia Seabra, após uma intensa reivindicação salarial por parte das tropas, que estavam na manutenção da paz na Libéria. Em janeiro de 2007 o ex-chefe de estado maior da marinha de guerra, Lamine Sanha, é assassinado em frente da sua residência. No mesmo momento, o atual primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior (2010), Mario Gomes Sá, são vítimas de perseguição política. O primeiro deles acaba se refugiando nas instalações da ONU em Guiné-Bissau, sendo que, ainda neste mesmo ano, o líder do Partido Progressista Guineense (PPG), Silvestre Alves, seria alvo de várias ofensivas dos grupos de direitos humanos vítima de detenção e tortura (Sá, 2010).

Essas instabilidades que começaram com a morte de Amílcar Cabral em janeiro de 1973, golpe de 1980 protagonizado pelo chefe das forças armadas, João Bernardo Vieira, que destituiu do cargo o presidente Luís Cabral mostra como a ideologia do PAIGC de se vigiar e proteger fechado a si, para não permitir a perda do protagonismo em detrimento a outras organizações partidárias do país.

Enfim, “na minha perspectiva, a Guiné-Bissau, nos tempos de viagens políticas por reivindicações dos países outrora sob jugo colonial, devia ter certa reserva intelectual como havia em Angola, Moçambique e Cabo-Verde, assim acredito que estaria em melhores condições de evitar estes sofrimentos em meio aos conflitos armados” (Sá, 2010, p. 27).

Após estes atos, em alguns anos houve desconfiança e várias conspirações contra o governo de Nino Vieira e em 1986 o vice-presidente Paulo Correia e cinco pessoas foram acusadas e assassinadas por tentativa de golpe de Estado. Guerra de 7 de junho de 1998 em que Nino Vieira foi destituído do cargo da presidência culminou na guerra civil da junta militar sob liderança do Brigadeiro Ansumane Mané.

Em 2003 o país sofreu outro golpe de Estado que interrompeu a governação do fundador e líder do Partido da Renovação Social (PRS) Kumba Yalá, este ato antidemocrático foi o único golpe de Estado que aconteceu no país sem tiroteios, mas por uma comunicação do Estado maior das forças armadas exigindo a renúncia do presidente e fundador do Partido da Renovação Social (PRS).

O golpe de estado de 12 de novembro de 1980 que destituiu Luís Cabral foi interpretado pelos velhos combatentes do partido único como a forma de tirar o domínio político da mão dos cabo-verdianos, realizando a ideia de que os próprios guineenses têm a capacidade de controlar o país. É importante destacar que um grupo desses cabo-verdianos liderava altos cargos do aparelho estatal e dentro dessa ala encontram-se os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização.

Este golpe de 1980 sela a separação política entre os dois países, além de conflitos no interior do PAIGC. Um grupo defendia a reforma interna dentro do partido e outra ala era composta pelos quadros que retornavam de estudo nos países da Europa (Sá, 2010).

3 CHEGADA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO NO PAÍS

A democratização na África principalmente na África Ocidental que começou nos primórdios da década de 1980 a meados de 1990 colocou os países recém independentes a se deslocarem do autoritarismo para multipartidarismo.

Monteiro (2021) enfatiza que no continente africano, depois do processo da “descolonização” e da independência e, sobretudo, a Guiné-Bissau nos primeiros anos da década de 1990 acabou por adentrar-se no modelo democrático, mas que até agora não trouxe um bom êxito para os bissau-guineenses, ela ainda mostra que, a democracia guineense é caracterizada por alguns estudiosos como “uma democratização difícil e corrompida”, uma “democracia de fachada”, mercantilizada”, devido às compras de votos e, sobretudo, no período da campanha eleitoral, em que o povo é colocado no centro de “toma lá dá cá”, com narrativas fracturantes da unidade nacional, priorizando o pertencimento étnico dos candidatos. Este processo, contribui com as cíclicas interrupções democráticas que o país vem enfrentando desde a sua abertura política em 1991 até nos dias atuais.

A Guiné-Bissau não fugiu das realidades da grande parte dos países do continente, restringe o lugar do jovem e da mulher na sociedade e é notório a desigualdade de gênero nas instituições políticas e na tomada de decisão. A falta de engajamento dos jovens

principalmente das mulheres em Bissau reafirma a estruturação de uma sociedade patriarcal que ainda mostra a política não é lugar da mulher como se vê no caso da doutora Antonieta Rosa Gomes que foi uma das pioneiras a se candidatar ao cargo de presidente da República em 1994, 1999 e 2005, mas nunca recebeu mais de 2% dos votos (Wikipédia. Acessado em 08.01.2023. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Antonieta_Rosa_Gomes).

O discurso machista xenofóbico do candidato Kumba Yalá que merece repúdio da toda sociedade e responsabilização, reforça o quanto a sociedade africana é misógina, patriarcal e restringe o papel da mulher desacreditando no potencial das mulheres nos espaços políticos.

Na Guiné-Bissau a formação da elite política e seus intelectuais foram influenciados na sua maioria pela política colonialista. O ensino missionário encarrega-se de formar os primeiros assimilados, transmitindo-lhes não só os conhecimentos científicos, mas a moral e normas de conduta compatíveis com o colonizador. Algumas elites política do país e tal como foi destacado pelo Amílcar Cabral não tem ideia do projeto da luta de libertação “um fato cultural é um fator de cultura” e estas emergiram na época colonial a favor dos colonizadores e depois da independência foram incapazes de conduzir o país à maior objetivo da luta desenvolvimento social e económico do país, ao mesmo tempo em que continua a não dar provas de capacidade para se democratizar (Cardoso, 2002).

Para fazer a leitura da transição democrática na Guiné-Bissau é preciso levar em consideração alguns elementos como: fatores econômicos, desigualdades sociais, instabilidade institucional e fatores culturais. A mercantilização da democracia é o resultado da forma como a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo, em que a compra ou a venda de voto é o resultado da ampliação dos interesses particulares em detrimento do povo. Este comportamento tem impactado negativamente, na consolidação dos princípios democráticos no país.

Portanto, para analisar o estado da arte da consolidação da democracia guineense torna-se salutar analisar as instituições políticas, a representação política e os partidos políticos, por constituírem alguns dos elementos importantes para depreendemos o nível da mercantilização da democracia guineense (Monteiro, 2021).

Em 1991 com a pressão das organizações internacionais o país aderiu ao pluripartidarismo que põe fim ao partido único do Estado PAIGC, levou a Guiné-Bissau a integrar o melhor sistema da organização política. Essas pressões das organizações internacionais ao multipartidarismo são extremamente importantes, mas ele deixa de

ser importante quando os cidadãos e a classe política não conseguem entender o conceito e tirar o proveito dele.

[...] o movimento para a democracia na África resulta de uma combinação de dois fatores, internos e externos, íntima e causalmente imbricados. Do ponto de vista interno podemos citar duas causas imediatas, quais sejam: a continuação do aprofundamento da crise econômica e a consequente perda de legitimidade do partido único, que não foi capaz de proporcionar bases minimamente aceitáveis para garantir o bem-estar e/ou a sobrevivência da população – está devendo ser entendida na sua plural configuração étnica. O partido único demonstrou-se incapaz de gerir adequadamente os Estados recém-independentes, levando-os a uma situação socioeconômica precária e a uma posição dependente na economia mundial. (Chabal, 1998 *apud* Bijagó, 2011, p. 86)

Cardoso (2002), acrescenta que essa transição é motivada pela crise social e pela atuação das outras forças não elitistas nomeadamente, organizações internacionais, movimentos sociais e/ou de massas, e tendo a recolocar no centro das análises as estruturas, macro variáveis de ordem cultural, econômica ou social, tal como fizeram alguns teóricos das transições. Barros (2012), acrescenta que:

A adesão da Guiné-Bissau ao multipartidarismo em 1991, foi fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de ajustamento estrutural, e teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros atores sociais coletivos (para além dos partidos políticos), enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas. A ação de alguns sectores da Sociedade Civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Órgãos de Comunicação (Barros, 2012, p.172-173)

É de suma importância destacar que as elites políticas guineenses desempenharam papel importante na transição democrática da Guiné-Bissau, mas esse processo não foi pensado localmente, ou seja, não é iniciativa que surgiu na base dos debates das entidades nacionais como a sociedade civil e outros movimentos sociais.

A Guiné-Bissau é um Estado formado majoritariamente pelos jovens. Segundo dados disponibilizados pelo relatório do Banco Mundial em 2022, a juventude ocupa a primeira posição, ou seja, é a maior percentagem da população guineense com 61.7%. Por estar nessa posição, o Estado guineense apresenta escassez para pensar as políticas públicas que orientam e trazem benefícios à classe juvenil (Banco Mundial, 2022).

Cardoso (2002) mostra que o sucesso da democratização num país que escolheu a democracia como modelo político (Guiné-Bissau), as elites e dirigentes políticos devem mudar certos comportamentos. Em 1994 com a democratização e multipartidarismo a Guiné-Bissau aderiu “verdadeiramente” à democracia por permitir adesão das outras organizações

partidárias a concorrer às eleições.

O que importa, porém, é compreender: será que essa democracia abrange o interesse das diferentes camadas sociais principalmente dos jovens guineenses? Como os Partidos políticos estimulam a sua juventude a participar na política partidária? Será que a Guiné Bissau está preparada teoricamente e cientificamente para aderir e respeitar os princípios que a democracia defende, o país aderiu esse regime porque compreende que é a melhor forma para criar uma sociedade mais justa equilibrada ou aderiu porque foi obrigado pelas organizações internacionais que financiam projetos sociais do país adentrar sem debater esse processo e seu verdadeiro significado? Essas provocações servirão de base das nossas análises concernentes à participação com foco na juventude na política partidária guineense.

4 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NOS PARTIDOS POLÍTICOS E SEU PAPEL NA TOMADA DA DECISÃO

A juventude, na Guiné-Bissau, compõe a grande parte da maioria população guineense, mas não tem poder de participação e da decisão sobretudo dos seus destinos, ou seja, os direitos dos jovens como das outras classes não majoritariamente, por exemplo, mulheres, combatentes da liberdade da pátria, agricultores, entre outras classes, são negados os seus direitos há muitos anos e até hoje a camada juvenil guineense não são prioridades e nem contemplados na elaboração das políticas públicas e muito menos no orçamento do Estado.

Nos meados da década 1990 com a adesão do país a democracia aumentou interesse da participação política partidária da sociedade civil guineense tanto jovens como mulheres. O aumento crescente do interesse em sociologia política e da participação é expresso em diversos estudos empíricos reverberando notadamente engajamento dos jovens, mulheres em participar na política partidária como espaço de emancipação.

A falta de representação que está sendo questionada e problematizada nesse tópico é a presença física dos jovens nos espaços de decisão, fazer valer os seus direitos, não é dizer que estão sendo representados por idosos do partido e na assembleia nacional popular, ou seja, não refiro as jovens marionetes que estão a serviço de seus interesses ou de facção política, porque esse modo de comportamento fragiliza a luta da camada juvenil. Esses tipos de posturas desestruturam o objetivo da luta da juventude quando cobra o Estado/governo a cumprir com os direitos garantidos na constituição e alguns desses jovens aproveitam desses

espaços e suas influências nas organizações sociais para resolverem interesses particulares ou dos grupinhos que prejudicam a finalidade da organização.

O sociólogo guineense Miguel de Barros (2012), ao analisar a participação da Juventude, reflete que a fragilidade e a incapacidade do Estado em elaborar políticas públicas inovadoras que contemplem desafios e expectativas da juventude coloca às limitações nessa camada de população. Para participar ativamente e conscientemente nos processos democráticos como a participação política e desenvolvimento da sociedade guineense. A política pública como acesso à educação de qualidade permite aos jovens a exercerem as suas cidadania em cumprimento dos desafios da contemporaneidade.

A juventude não é representada nos espaços da elaboração das leis e de tomada de decisões e muito menos ouvir ou levar as demandas deles nas discussões do parlamento. A falta de representação que estamos a questionar e problematizar é a presença física dos jovens competentes nos espaços de decisão, tornar os direitos deles a valer, não é dizer que a juventude está sendo representada por idosos do partido, esses não querem ir para a reforma.

Por outro lado, existe também jovens que são marionetes que estão a serviço de certos interesses dos velhos políticos, essa situação fragiliza a luta da juventude. Também desestabiliza a luta da juventude quando cobra do Estado ou governo a cumprir com os direitos garantidos na constituição e alguns desses jovens aproveitam dessas situações para fragilizar a luta e tem outros jovens, que ocupam lugares de destaque nos movimentos usam suas influências nas organizações para resolverem interesses particulares ou dos grupinhos e prejudica a finalidade da organização ou do coletivo. É comum escutar nos discursos dos políticos nas campanhas eleitorais debruçaram que vão promover a juventude caso o partido que ele apoia ganha eleição e depois das eleições é verificado uma outra realidade que desconsidera aquilo que os candidatos pregam e promete nas campanhas eleitorais, isso não passa de um discurso político populista que não passa da ideia escrita no papel.

A passividade dos jovens como a sociedade civil no país, mostra como o debate em relação à participação política é pouco explorado no sistema do ensino guineense. A grande parte da sociedade guineense, não estuda sobre a importância da participação política nos primeiros anos escolares até ao ensino médio (Liceu), ou seja, não são ensinados a importância da participação política, questionar e ter olhar crítico sobre suas realidades sociais e a classe governativa. Saber posicionar e cobrar do estado através do governo o cumprimento dos direitos básicos garantidos pela constituição e as outras leis do Estado. Também é notório a violência do Estado guineense sobre seus cidadãos, isso restringe o direito da liberdade e de manifestação principalmente no último governo sob presidência do Umaro Cissoco Embaló.

Alguns documentos e relatórios das organizações internacionais, por exemplo, Banco Mundial revelam que na África Ocidental a Guiné-Bissau lidera a primeira posição em termos de riqueza natural. No entanto, essa vantagem favorece as práticas das atividades agrícolas e pescas, mas não existe investimento do Estado que permita explorar e aproveitar esses recursos naturais para o bem dos seus cidadãos, a posição geográfica do país é favorável para prática da agricultura, pesca, turismo e outras atividades que possam gerar emprego para os jovens.

Com tudo isso, o país em questão é um dos menos desenvolvidos do mundo por causa da corrupção e falta de comprometimento e capacidade dos políticos nas elaborações e aplicação das políticas públicas que possam tirar o país da vulnerabilidade econômica e social. O país apresenta um dos piores indicadores sociais e baixo índice de desenvolvimento humano - IDH. Segundo o Instituto Brasileira Geografia e Estatística- IBG (2021) mostra que a esperança média de vida do país é de 60 anos é um dos menores do mundo.

No geral, a classe política guineense procura enriquecer de forma fácil, ilegal. Recebem financiamentos, fazem empréstimos nas organizações e bancos internacionais em nome do povo, mas esses financiamentos ou empréstimos feitos não chegam ao destino pelo qual foi solicitado, entre essa, melhoria das condições dos cidadãos, investir nas infra-estruturas para gerar emprego e na educação. Por outro lado, também é notório a falta de capacidade e da honestidade no gerenciamento dos recursos públicos, acompanhado de pouco interesse e de comprometimento em exercícios nos cargos de Estado.

É constatado que os jovens, nos dias atuais, têm mais preparação técnica e visão estratégica do desenvolvimento em relação a alguns elites políticos que fazem parte dos governos desde o século XX, até no atual mandato, ou seja, tem mais de 30 anos participando nos governos. A grande parte dos políticos que governam e continuam nos governos se tornam empresários, criando políticas que beneficiam seus negócios, sem compromisso com o povo e muitos menos prestando conta dos bens após fazer parte do governo. Exemplo disso, é o comércio do maior produto de exportação da Guiné-Bissau, castanha de caju, no ano passado (2023) os agricultores saíram prejudicados por não conseguir vender seus produtos por ser um ano das eleições legislativas. Os responsáveis ligados a esse setor se preocupam em comprar carros importados, jogar dinheiro para as pessoas nos comícios e não se preocupam com os camponeses e agricultores esqueçam da população agricultores que estão sofrendo por não conseguir vender seus produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa produção procurei mostrar os motivos que levam a fraca participação dos jovens na política partidária. Os entraves que os jovens enfrentam quando fazem parte da organização partidária. Além disso, procurei discutir como alguns jovens políticos através dos seus interesses particulares acabam desestruturando a luta das maiorias nas organizações e como a falta de uma educação de qualidade pode comprometer o exercício da cidadania de forma consciente e responsável.

Depois dessas análises compreende-se que o fator cultural ainda reverbera nas nossas sociedades o jovem não pode dirigir um grupo de pessoas velhos que têm aproximadamente a idade dos pais ou do avô, mesmo que esse indivíduo tenha competência para ocupar esse lugar. Além desses obstáculos, a fraca participação da juventude na política, tanto social como partidária, se justifica por uma educação que não compromete na formação do sujeito capaz de refletir e de questionar as suas realidades sociais.

O fator tradicional e cultural em relação à participação nos espaços de tomada de decisão no continente africano principalmente na Guiné-Bissau é muito complexo. Várias culturas através das suas manifestações religiosas a forma da liderança é baseada no poder ocidental. Ou seja, em várias situações do continente o poder não é transmitido por viés de voto ou indicação da pessoa que está no exercício do poder. O poder é transmitido pela ancestralidade, espiritualidade e a forma de preparar os sucessores é muito mais além daquilo que as regras da democracia apresenta. Dito isto, se percebe que, até um certo ponto, o fator cultural das nossas realidades diverge das regras ocidentais e de participação política no regime democrático.

É comum ver em várias culturas africanas que o processo da socialização tanto dos jovens masculinos como femininos se resume na escuta, acompanhar e obedecer às orientações dos mais velhos. Depois de cumprir os rituais e as regras os jovens transitam das fases até chegar nos altos cargos, esse sistema de organização da sociedade explica a conservação das suas particularidades culturais nas sociedades africanas baseado nos saberes ancestrais, a forma de participar deles é mais centralizada no sistema da preservação dos valores e culturas diferente do modelo da democracia ocidental.

O regime democrático que surgiu na Europa nos possibilita entre várias formas participar nos espaços importantes da sociedade, apesar de algumas inconsistências, mas é o melhor regime que temos até nos dias atuais. Mas é importante refletir a forma que ele foi implementado no continente africano especificamente na Guiné-Bissau e como as normas da

democracia e participação dialogam com as realidades sociais africanas.

No território do continente são evidentes as limitações da democracia representativa tão proclamada e defendida pelas agências internacionais [...]. Os estudos realizados demonstram que a estabilidade social e política exige bem mais do que a delegação do poder via voto, ela requer a participação efectiva nos processos de tomada de decisão desde o nível familiar até ao nível nacional, ou seja, o exercício da democracia participativa (Negrão, 2001, p.20).

Preocupado com isso, a luta dos jovens considerados capacitados/esclarecidos na mobilização para participação das outras entidades perpassa pela ideia de conscientização dos outros jovens que tiveram pouca oportunidade de acessar debate sobre direitos e deveres do cidadão na democracia, exigindo ao Estado a cumprir e garantir estabilidade e bem viver dos cidadãos. Não tirar o proveito de representar uma organização ou grupo da sociedade civil para promover individualmente.

Ao longo desses últimos anos se verifica essas práticas nas organizações e nos jovens que autodeclaram ativista nas redes sociais “fazendo oposição de um regime” criticando o governo depois de conquistar o número considerado dos seguidores usa essa influência para beneficiar ou integrar a um partido político ou apoiar um candidato contrariando as ideias que defendia e a crítica sobre o regime instalado no país.

Estar no lugar da liderança dos movimentos juvenis é ter esclarecimento sobre a mobilização para despertar consciência dos outros jovens e manter as suas confianças para continuar a envolver nas lutas. A presença dos outros líderes de diferentes movimentos no espaço de mobilização política fortalece mais a luta e ao conquistar espaço e a sociedade deve manter o objetivo do movimento e projetar essa luta a longo prazo, ou seja, os líderes juvenis não podem abdicar de revolução por ter sido convidado aderir a um regime ou partido pelo interesse particular. Se os líderes dos movimentos continuarem com esses tipos de posturas, como vai ser visto futuros movimentos sociais e da sociedade civil desse gênero que contestam sobre um regime inconstitucional antidemocrático que coloca em perigo os direitos dos seus cidadãos? Como pensar futuras organizações da sociedade civil cobrando os responsáveis e governo a cumprir direitos garantidos pela constituição e os desafios postos pela globalização?

REFERÊNCIAS

BARROS, M. d. (2012), —**A Sociedade Civil face ao processo de democratização e desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)**. *Africana Studia*, 18: 71-82. EDIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. Disponível em up.pt [https://ojs.letras.up.pt > article](https://ojs.letras.up.pt/article). Acessado em 16 de dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de 2019**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>. acesso em 03.10.2024.

BANCO MUNDIAL. **A carteira do BM na Guiné-Bissau inclui projetos de desenvolvimento rural, gestão costeira e da biodiversidade, reabilitação de infraestrutura e muito mais**. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau>. Acessado em 08.12.2023.

BERGER, Peter Ludwing; BERGER Brigitte; **Sociology – A Biographical Approach**, 2 ed. , Basic Books., Inc., Nova Iorque, 1995, pp.49-69. Tradução de Richard Paul Neto Socialização: como ser um membro da sociedade. Reproduzido com autorização de Basic Books, Inc.

BIJAGÓ Vagner Gomes: **O Processo De Democratização Na África: A Difícil Transição Na Guiné-Bissau**. 2017.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional** / Vagner Gomes Bijagó. – 2011.

CARDOSO Carlos: **A Formação Da Elite Política Na Guiné-Bissau**. Cea – Centro De Estudos Africanos. 2002.

COPANS Jean: **A Longa Marcha da Modernidade Africana Saberes, intelectuais, democracia**. Editor. Pedagogo. 2014

DE BARROS, M. (2012). **Participação Política Juvenil Em Contextos De Suspensão Democrática: A Música Rap Na Guiné-Bissau**. *Revista TOMO*, (21), 169–200. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i21.900>.

DE SÁ, Franklin Gomes Correia: **Os sucessivos Golpes Militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**. Monografia Apresentada Como Requisito Parcial Para Obtenção Do Título De Bacharel Em Ciências Sociais. Universidade De Rio Grande Do Sul. **2010**.

DW ÁFRICA, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/a-corrup%C3%A7%C3%A3o-est%C3%A1-em-todo-o-lado-na-guin%C3%A9-bissau/a-63193706>. Acesso em 25.07.2023.

GAZETA RUSSA: **Como a URSS caiu de amores pela África?** Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/83097-urss-caiu-de-amores-africa>. S.P. 2019, acessado no dia 03.08.2023.

IBGE - **Instituto Brasileira de Geografia e Estatística**. Disponível em:

<https://paises.ibge.gov.br/#/dados/guiné-bissau>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. **Da transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização democracia**, 2021.

NEGRÃO, José Guilherme: **Como Induzir O Desenvolvimento Em África**. Documento de Trabalho número 61, CESA, Lisboa.2001.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo: Juventude e participação política no Brasil: efeitos geracionais ou de ciclos de vida? **Revista Espaço Acadêmico** – Número 147-Agosto de 2013.

PERCHERON, A. Histoire d'une recherche. **Revue française de Science Politique**. Paris: Vol. 44. n 1. pp 100-126, 1994.

PINTO, Bruno César. **Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012): os desafios da consolidação democrática**. Dissertação (Mestre em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade estadual de campinas. Campinas, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Qex5cF> /acesso no dia 13/03/2020.

SÁ, Franklin Gomes Correia De: **Os Sucessivos Golpes Militares No Processo Da Democratização Na Guiné-Bissau**. 2010.

SANGREMAN, Carlos Eduardo; JÚNIOR Fernando SOUSA; ZEVEERINO Guilherme, DE BARROS, Miguel Marcos José: **A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil**. Coleção Documentos de Trabalho nº 70 Lisboa 2006.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande: **Transição Democrática Na Guiné-Bissau: Uma Análise Sobre A Mercantilização Da Democracia**.2021.

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidação e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 53-60, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2Oz88YB> / acesso no dia 06/02/2020.

WILHELM, Ofmeister. **Os partidos políticos e a democracia: seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global/ Wilhelm Hofmester**. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer stiftung, 2021.

WIKIPÉDIA. **Crise constitucional na Gâmbia em 2016–2017**. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Crise_constitucional_na_G%C3%A2mbia_em_2016%E2%80%932017. Acessado em 18.08.2023.

WIKIPÉDIA. Acessado em 08.01.2023. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Antonieta_Rosa_Gomes.